

Campanha Salarial 2009

Trabalhadores nas operadoras não querem ouvir chororô

É hora de montar a pauta de reivindicações para as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A participação é essencial para defender e ampliar as conquistas, afinal as operadoras só lucraram com a crise

A Campanha Salarial 2009 dos trabalhadores capixabas em telecomunicações durante o primeiro semestre foi extremamente difícil. Desde o começo do ano, as notícias de demissões, ameaças de redução nos salários, perda de benefícios e outros revés deixaram a categoria sob tensão. As empresas tentaram empurrar reajustes abaixo da inflação, mas com mobilização e união os trabalhadores conseguiram obter reposição salarial iguais ou um pouco acima dos índices medidos pelo INPC.

No 2º semestre tem que ser melhor

Os patrões pensam primeiro nos lucros. E os empregados têm que pensar nas suas necessidades. A crise financeira internacional foi a desculpa usada pelos patrões para brechar nossas conquistas, no primeiro semestre. Mas os jornais mostram todo dia que o pior já passou. Que a economia brasileira começa a dar sinais de recuperação com previsões, inclusive, de



crescimento de até 2% neste semestre. "O desafio agora, com a recuperação econômica, é conseguirmos avanços nas negociações. O setor de telecomunicações não chegou a ser afetado pela crise, ao contrário, apresentou faturamento acima da média", diz o presidente do Sinttel/ES, Nilson Hoffmann.

A Vivo, por exemplo, lembra Nilson, registrou lucro líquido de R\$ 172,4 milhões no

segundo trimestre deste ano, contra um prejuízo de R\$ 63,9 milhões verificado em 2008.

E a fatia de consumidores também cresce a olhos vistos. Em junho, a empresa contabilizou mais de 46 milhões de clientes, o que representa 29,3% do mercado brasileiro. A base de clientes aumentou 15,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Sem desculpas

Se o setor vai bem, não há motivos para os trabalhadores saírem perdendo. Precisamos garantir ganho real e não apenas recomposição dos salários. Mesmo com lucros fenomenais, as empresas vão querer enrolar, dar aquela merrequinha aos trabalhadores.

É sempre importante nos

perguntarmos qual é a nossa disposição para participar da campanha salarial. Vivemos em um momento em que as empresas apresentam resultados e lucros altos, mesmo com a crise financeira mundial, enquanto se deterioram as condições de trabalho e de salários. Temos que acertar essa conta. Conhecemos perfeitamente as dificuldades do processo de negociação, mas sabemos muito bem que somente por meio da mobilização é que avançamos em nossas conquistas.

Trabalhadores com data base neste segundo semestre

Da mesma forma das campanhas salariais ocorridas no primeiro semestre, o Sindicato agendará assembleias, além de visitar os locais de trabalho para conversar com os trabalhadores sobre o andamento das negociações. O Canal de Voz também circulará com informes sobre a Campanha Salarial nas operadoras.

Sollo: 1º agosto

Intervip: 1º setembro

Claro: 1º outubro

Vivo: 1º novembro

Dacasa/Promov: 1º novembro

Embratel: 1º dezembro

Oi: 1º dezembro

TIM: 1º dezembro

78% das negociações conseguiram ganho real

No primeiro semestre deste ano, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o percentual de negociações que garantiu reajustes acima da inflação praticamente ficou inalterado em comparação ao ano anterior: 77%, em 2008, e 78%, em 2009. O que prevaleceu foram negociações que asseguraram pelo menos a recomposição das perdas ocorridas durante a data-base. Em 2008, 89% das negociações obtiveram INPC, sendo que em 2009 o percentual subiu para 96%.

Vamos discutir a comunicação no país?



Entre os dias 1 e 3 de dezembro ocorrerá em Brasília a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), convocada pelo governo, para tratar do controle público e da cadeia produtiva dos meios de comunicação no Brasil, principalmente o rádio e a televisão. Encontros, seminários e plenárias estão sendo realizados nos estados visando debater a democratização da mídia e formas de modernizar a legislação do setor.

Nos próximos dias 26 e 27 de agosto ocorrerá a Conferência Regional Livre de Comunicação, envolvendo os municípios da Grande Vitória. O evento é uma preparatória para as conferências estadual e nacional. A proposta da luta pela democratização das comunicações é construir políticas públicas que estabeleçam mecanismos de con-

trole social sobre os meios, criando inclusive uma rede de comunicação que atenda os trabalhadores.

A Constituição Brasileira reconhece a importância da comunicação para a nação, mas não há no Brasil nenhuma regulamentação específica para a área, o que facilita o não cumprimento dos artigos da Constituição relacionados ao tema. Além disso, falta controle público sobre a comunicação no país. Outro fator preocupante é a concentração das propriedades dos meios de comunicação nas mãos de poucos.

O Sinttel/ES está participando de todos os debates. De acordo com o presidente do sindicato, Nilson Hoffmann, somente com mobilização da sociedade será possível definir políticas públicas de comunicação e formar uma rede a serviço da sociedade e não dos grupos econômicos.

Convênios trazem vantagens para sindicalizados

O sindicato vem ampliando o leque de convênios para proporcionar vantagens e comodidades aos filiados. Se você tem alguma sugestão de convênio interessante para a categoria, envie sua indicação para o Sinttel.

Pensando no bem-estar dos trabalhadores, o sindicato firmou convênio com a Academia Razões do Corpo, em Vitória, que oferece isenção na taxa de matrícula e desconto de 15% nas mensalidades para prática de atividade física.

Estão sendo analisados, também, convênios com escolas, profissionais de saúde, clubes e entidades que ofereçam atividades de lazer. Lembramos que os valores para utilização são compatíveis com os ganhos da categoria. O Sesc, por exemplo, é um convênio que oferece

uma série de vantagens nas unidades de Vitória, Vila Velha, Cariacica, além Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari e Praia Formosa (Aracruz). O filiado do Sinttel paga apenas 10% a mais nos preços cobrados aos trabalhadores comerciais.

Informática e faculdade

Outro convênio assinado é com a Data Control que oferece 60% de desconto para alunos matriculados nas turmas dos horários matutino e vespertino, Já para turmas da noite e sábados, o desconto é de 55%.

Na Faculdade Batista de Vitória (Fabavi), o desconto é de 10% no valor da mensalidade. Para ter direito aos benefícios é necessário que o filiado apresente a Carteira de associado ao Sinttel e o documento de Identidade.



Telefonistas batem martelo e conseguem 8,25% de reajuste

Os colegas telefonistas, operadores de teletendimento e telemarketing mostraram poder de mobilização nesta campanha salarial. Em várias assembleias recusaram os reajustes patronais, levando o SEACES (sindicato patronal) a avançar nas contrapropostas. No final, os patrões concordaram em pagar 8,25% de reajuste -

o que repõe a inflação de 5,75% do período e permite ganho real - , além de aumentar o valor da cesta básica para R\$ 48,00, com redução do desconto em R\$ 4,40. O tíquete-refeição ficou em R\$ 6,00, porém só vale para os contratos firmados a partir de outubro.

Além disso, foi corrigida a tabela de seguros, aumentando o valor do

capital segurado em 50%. Outra conquista para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi a garantia de um representante sindical, com estabilidade, nas empresas que possuem mais de 50 trabalhadores. Desta forma, a categoria vai poder eleger um representante em seu local de trabalho, tornando-se assim ainda mais forte.

CANAL DE VOZ

Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.

Tel.: (27) 3223.4844

Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória - ES

www.sinttel.org

presidencia@sinttel.org

Responsabilidade Editorial

A diretoria

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda

Tel.: (27) 3084-5666

Jornalista Profissional

Vivia Fernandes (MTE-ES 447/87)

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Gráfica Ita

Tel.: (27) 3222-2499

Arrocho salarial e demissões é o que se vê após privatização das teles

Os postos de trabalho diminuiram, os salários caíram e estamos trabalhando muito mais, à mercê de cotas de produtividade e desempenho pessoal. A terceirização virou uma epidemia e, coitado do consumidor, apesar das facilidades de acesso, sofre com a qualidade dos serviços de telecomunicação.

A análise está contida no estudo "O emprego no setor de telecomunicações 10 anos após a privatização" realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A pesquisa faz o retrato do trabalhador antes e após a privatização do setor de telecomunicações no país, concretizada em 1998, e que foi a maior realizada no mundo. A média salarial dos trabalhadores era de R\$ 3,1 mil. Caiu para R\$ 2,6

mil, em valores praticados em dezembro de 2007.

Menos empregos

O estudo mostra que as empresas privatizadas empregam menos trabalhadores do que no período das estatais. Em 1994, o setor empregava 128.500 trabalhadores registrados. Em 2002, o número caiu para 106.400 empregados e, em 2003, a redução chegou a 88.100.

Para o Sinttel/ES, as empresas trocaram os trabalha-

dores por terceirizados, com salários aviltantes, adotando uma vergonhosa precarização nas condições de trabalho. Apesar dos vultosos investimentos públicos no setor, na ordem de R\$ 21 bilhões, entre 1996 e 1998, a iniciativa privada pagou uma bagatela pelo Sistema Telebrás. A terceirização, demissões e dificuldade nas negociações são os reponsáveis pela redução no rendimento médio dos salários.

Perfil do trabalhador

Os dados estatísticos indicam que o setor tem registrado, desde a privatização, uma ampliação da participação feminina e dos jovens. A escolaridade dos empregados do setor, por sua vez, aumentou consideravelmente. Os com curso superior completo pulou de 19,8%, em 97, para 35,2% oito anos depois. Já os trabalhadores com ensino médio incompleto saiu de 30,9%, em 1997, e alcançou a marca de 12,9% em 2005.

Mulheres e jovens lideram mão de obra nos calls centers

Entretanto, o trabalho é precário e a remuneração baixíssima.

"O emprego no setor de telecomunicações 10 anos após a privatização" é o título da pesquisa do Diesse, que mostra que as centrais de teletendimento (call centers) empregam mais jovens e mulheres. Em 2007, o setor empregava 260 mil trabalhadores, sendo 70,5% dos postos ocupados por mulheres e quase 80% dos

empregados possuíam até 29 anos.

Mais qualificado

O nível de escolaridade dos trabalhadores também é alto. Em 2007, 80,6% tinha o ensino médio completo e, 16,4%, o ensino superior. Os dados sugerem, ainda, que os call centers acabam sendo uma fonte de renda temporária para custear os estudos de universitários. Concluído o curso superior, esses trabalha-



Jovens em call center de pequeno porte no ES

dores tendem a procurar uma nova inserção no mercado de trabalho.

Nos dias de hoje, o operador de telemarketing tornou-se um

profissional mais qualificado e preparado para lidar com os problemas do dia-a-dia, utilizando a tecnologia a seu favor, atendendo o cliente com maior velocidade, sendo praticamente a voz da empresa. O nível de responsabilidade aumentou, mas isso não significa aumento de salário. Segundo a pesquisa do Diesse, em 2007, 74,3% dos trabalhadores recebiam entre 1 e 2 salários mínimos, prevalecendo portanto a baixa remuneração.

Começa migração na Oi

O Sinttel é contra, pois precariza ainda mais o trabalho!

O processo de migração da Oi para Nokia Siemens já começou. Trabalhadores que atuavam na área de operação e manutenção da planta móvel já foram transferidos para a empresa terceirizada que ganhou a licitação para atuar na planta interna da Oi no Estado.

O Sinttel é contra, por que essas mudanças precarizam ainda mais as relações de trabalho. Entretanto, como a ganância das empresas está acima de qualquer coisa, a política desastrosa de terceiri-

zação da Oi pelo país continua a todo vapor. Nesse processo ganham tanto as empresas contratantes quanto as contratadas e quem perde é o trabalhador que tem seu salário reduzido, seus benefícios retirados ou modificados.

Foi uma degola no país

O processo de terceirização da Oi no país já provocou à migração de cerca de 1.000 trabalhadores. Já no Rio de



Janeiro, a operadora demitiu 550 trabalhadores do Centro de Gerência de Rede (CGR), num dos piores processos de enxugamento desde a privatização.

Os demitidos, de acordo com a própria Oi, terão o seguro de vida e o plano de saúde mantidos até o fim do ano. A empresa

alega que parte dos afastados será reaproveitada pela Nokia Siemens. O Sinttel/ES está acompanhando todo o desenrolar dessa história, inclusive já acionou o departamento Jurídico para ficar de olho na real situação dos fatos.

Com as mudanças é fundamental que todos estejam cientes da importância de sua participação nas atividades de sindicato. Esta é a hora de todos se sindicalizarem. Precisamos estar unidos para garantir o que já conquistamos; ampliar a cesta de benefícios e acionar a justiça, caso a Nokia Siemens tente prejudicar ainda mais os empregados.

Diretoria da CUT/ES toma posse dia 28

Eleita para o triênio 2009/2012, durante congresso estadual (11º CE-CUT) ocorrido em junho, a nova diretoria da CUT/ES tomará posse no dia 28 de agosto, às 18 horas, na Assembléia Legislativa. Presidida pela segunda vez por José Carlos Nunes, a Central tem um representante dos telefônicos em

seu quadro. O presidente do Sinttel/ES, Nilson Hoffmann, está na diretoria plena da entidade. No dia 28/08 ainda haverá, às 9 horas, café da manhã para inaugurar a nova sede da CUT, na Rua do Rosário, nº 100, Centro de Vitória (antiga sede do Sindimetal/ES).



Trabalhadores nas ruas mostram poder de mobilização

O patrimônio do petróleo é do povo brasileiro

A descoberta de novos campos de petróleo tem suscitado amplo debate sobre os rumos que o país deve tomar para garantir que essa riqueza seja efetivamente do povo brasileiro. A importância da Petrobras é inquestionável, seja pela sua tecnologia, logística, força de trabalho, e por sua trajetória de sucesso. Por isso do abaixo assinado da campanha "O Petróleo tem que ser nosso". O documento pretende arrecadar 1,3 milhão de assinaturas em defesa de uma nova lei de petróleo e da Petrobras 100% estatal e pública.

Além de ajudar na coleta, o Sinttel/ES vem participando de debates e eventos organizados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federação Unificada dos Petroleiros (FUP) em torno da necessidade de uma nova legislação para o setor petrolífero brasileiro.

Já vimos isso antes

Querem fazer com o petróleo o mesmo

Um abaixo-assinado passa pelas empresas coletando assinaturas para pressionar o Congresso Nacional a aprovar projeto de lei que garanta ao Estado o monopólio do petróleo do país. Protestos estão agendados para ocorrer no dia 14 de agosto, 7 de setembro e 3 de outubro. Participe!

que fizeram com o setor de telecomunicações, em meados da década de 90, quando

venderam empresas em franco desenvolvimento, para monopólios privados e estatais dos Estados Unidos e da Europa. A desestatização das teles trouxe arrocho salarial, desemprego, subemprego, a disseminação e exploração da terceirização dos serviços, a crescente precarização das relações de trabalho, o aumento da carga de trabalho, a concorrência no mercado, as alterações de funções e a constante rotatividade da mão de obra.

É o que querem fazer com a Petrobras. O então governo de FHC entregou parte do controle brasileiro da Petrobras a multinacionais. Hoje elas já são donas de 40% do capital da empresa.

Dia Nacional de Lutas

No próximo dia 14 de agosto, e ainda no feria-

do de 7 de Setembro, haverá manifestações unificadas dos trabalhadores no ES e a campanha dos colegas petroleiros será uma das bandeiras. Outro dia de protesto está sendo preparado para 3 de Outubro, data de fundação da Petrobras.

O objetivo da campanha "O petróleo tem que ser nosso" é justamente resgatar o papel histórico-social da Petrobras, é lutar contra sua privatização e contra os mesmos interesses que, há mais de 50 anos se opuseram à criação de uma empresa nacional e pública.

Querem criar uma nova estatal para gerenciar o pré-sal e entregar a exploração para estrangeiros. Por isso, a CUT e sindicatos filiados defendem o fim do modelo de concessão e das rodadas de licitação dos blocos petrolíferos; o monopólio do estado na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural por meio de uma Petrobras 100% pública; e que os recursos do pré-sal sejam aplicados em programas e políticas públicas de educação, combate à pobreza, cultura, saúde, infraestrutura, pesquisa, segurança e outras áreas, garantindo com isso a justiça social.



Sonda de perfuração de petróleo, no norte capixaba
Fonte: Sindicato dos Petroleiros/ES